



## *Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon* *Estado do Paraná*

**REQUERIMENTO Nº 469/2025**

Data: 16 de outubro de 2025

**Ementa: solicito ao Executivo Municipal a reavaliação da terceirização das funções de cozinheiras responsáveis pelo preparo da alimentação escolar nas escolas e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), visando o retorno dessas profissionais ao quadro geral dos servidores do Município.**

Senhor presidente,

Requer-se, após deliberação regimental do plenário, que seja encaminhada cópia do presente documento ao Executivo Municipal, para que, por meio da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Administração, a fim de que seja avaliada a possibilidade de retirar do setor terceirizado as cozinheiras responsáveis pelo preparo da alimentação nas escolas e CMEIs do Município.

A presente sugestão tem como fundamento o fato de que a função desempenhada por essas profissionais é essencial para o bom funcionamento da alimentação escolar, tratando-se de uma atividade que exige cuidado, técnica e acompanhamento constante das nutricionistas. Por essa razão, entende-se que a responsabilidade direta do Município garantiria maior controle de qualidade, capacitação e estabilidade no serviço prestado.

Atualmente, observa-se que a terceirização do setor tem ocasionado frequente rotatividade de funcionárias, o que gera instabilidade no ambiente escolar e prejuízos à continuidade e à qualidade do preparo das refeições. Além disso, há dificuldades na realização de treinamentos e na padronização dos procedimentos, já que a equipe contratada por empresas terceirizadas nem sempre recebe a devida orientação técnica das nutricionistas da rede municipal.

Com a recontração direta dessas servidoras pelo Executivo Municipal, seria possível integrar as cozinheiras à rede de formação continuada, permitindo que as nutricionistas da alimentação escolar ministrem cursos e capacitações periódicas, assegurando assim a padronização, qualidade nutricional e segurança alimentar no preparo das refeições.

Dessa forma, este requerimento visa sugerir a municipalização da função de cozinheiras, garantindo maior eficiência, qualidade nutricional e estabilidade profissional, fortalecendo uma das áreas mais sensíveis da rede pública de ensino: a alimentação das crianças.

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.

Plenário Ariovaldo Luiz Bier, em 16 de outubro de 2025